

Chávez e o ‘Socialismo do século XXI’*

Alejandro Iturbe**

** Membro da Direção da Liga Internacional dos Trabalhadores – QI.

Nos discursos realizados depois de sua reeleição, em dezembro de 2006, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez Frias, afirmou que seu país iniciava decididamente “a fase de construção do socialismo”. Também anunciou a criação do PSUV (Partido Socialista Unido da Venezuela) como o instrumento político que dirigiria essa fase. Pouco depois, nacionalizou, através da compra total ou parcial de suas ações, a empresa telefônica CANTV e a de energia EDC, até então controladas por capitais norte-americanos.

Esses fatos aumentaram ainda mais o apoio que a imensa maioria da esquerda latino-americana já vinha dando ao chavismo, em um amplo espectro que abarca desde os velhos partidos comunistas e as correntes castro-guevaristas até setores nacionalistas e, lamentavelmente, muitos trotskistas.

Em suas considerações sobre o governo Chávez, esse amplo espectro da esquerda elabora, de modo esquemático, três caracterizações diferentes. Os PCs e as correntes castro-guevaristas afirmam

* Artigo publicado originalmente em *Marxismo Vivo* n.15. Traduzido do espanhol por Márcio Palmares.

que a Venezuela, tal como o próprio Chávez diz, já está marchando rumo ao socialismo. Alguns setores provenientes do trotskismo, por seu lado, dizem que esse caminho ainda não teria sido iniciado, mas que está colocado como uma possibilidade real. Finalmente, outras organizações trotskistas afirmam que, pelo caráter burguês do chavismo, é impossível que ele encabece um processo de revolução socialista, mas que, sob seu governo, a Venezuela se transformou de uma semicolônia ianque em um país independente do imperialismo.

Em nossa opinião, as três definições precedentes estão equivocadas. Longe de marchar rumo ao socialismo ou mesmo de ter se transformado em um país independente, a Venezuela continua sendo um país capitalista semicolonial. Mais ainda: afirmamos que Hugo Chávez não tem nenhuma intenção de modificar esse caráter. Evidentemente, trata-se de uma definição polêmica, que trataremos de demonstrar nos artigos desse dossiê.

O que é o socialismo do século XXI?

Antes de entrar no debate, parece-nos importante ressaltar que sua própria realização é uma mostra do quanto a situação latino-americana e a consciência das massas do continente mudaram desde a década de 90. Nesses anos, depois da queda do Muro de Berlim e da derrubada dos Estados do chamado ‘socialismo real’, o imperialismo lançou uma forte campanha ideológica sobre a ‘morte do socialismo’ e o ‘triunfo do capitalismo’, que foi acompanhada por uma ofensiva geral de privatizações de empresas estatais e ataques às conquistas sociais e trabalhistas obtidas nos anos anteriores, tanto nos países do Leste europeu como na América Latina.

Essa política foi apresentada como o caminho para o desenvolvimento econômico e o ‘ingresso ao Primeiro Mundo’. Uma parte do movimento de massas latino-americano, diante do fracasso do chamado ‘socialismo real’, acreditou nessas idéias durante certo tempo e, como consequência disso, governos como o de Fernando Henrique Cardoso, no Brasil, ou Carlos Menem, na Argentina, dominaram o cenário histórico.

Mas a mentira tem pernas curtas e, em poucos anos, as massas comprovaram que o resultado era apenas um aumento da pobreza e da miséria, como parte de uma maior colonização imperialista dos países latino-americanos, e que era necessário lutar contra essa política e contra os governos que a aplicavam. Este fato se expressou, no início do século XXI, na contínua eclosão de processos revolucionários em vários países (Equador, Argentina, Bolívia e Venezuela).

Essas lutas, com suas reivindicações contra o capitalismo imperialista e a colonização (rechaço à dolarização da economia, nacionalização dos recursos naturais sem indenização, não pagamento da dívida externa, ruptura com o FMI...), voltaram a colocar o socialismo como uma perspectiva necessária para as massas. Parafraseando Marx, o socialismo volta a ser um 'fantasma' presente, que ronda toda a América Latina.

As declarações e discursos de Chávez se dão no marco dessa nova realidade continental e existem duas alternativas para interpretar seu significado. A primeira é que Chávez está encabeçando um processo que avança realmente em direção ao socialismo, e nós não estaríamos vendo. Por isso, a partir dessa incompreensão, temos uma política sectária e equivocada.

A segunda alternativa é que Chávez não quer avançar na construção do socialismo, mas se vê obrigado a utilizá-lo em seus discursos, dada a situação que analisamos, como um mecanismo para enganar o movimento de massas. Ou seja, fala de 'socialismo' para encobrir seu projeto de que a Venezuela continue sendo um país capitalista. Acreditamos que esta segunda alternativa é a que corresponde à realidade.

Como abordar o debate?

Poderíamos iniciar o debate com um resumo das análises e idéias de Karl Marx, o primeiro a formular a perspectiva da revolução socialista baseado em uma análise científica do capitalismo e dos processos econômicos e sociais que nele se desenvolvem (idéias que pouco depois Lênin e Trotsky aprofundaram e procuraram levar à prática na Revolução Russa de 1917).

Parece-nos, no entanto, que esse enfoque seria equivocado, pois levaria o debate a um beco sem saída. Não apenas porque houve outras experiências que seguiram cursos distintos (Iugoslávia, China, Cuba), mas também porque, além de tudo, a corrente chavista afirma que sua proposta é diferente da de Marx, porque responderia a uma realidade distinta. Por isso, parece-nos melhor focar a discussão, de certa forma, pela negativa. Isto é, analisar as políticas e medidas centrais levadas adiante pelo chavismo e verificar se elas representam ou não uma ruptura com o sistema capitalista-imperialista.

A dívida externa

A Venezuela é um dos melhores pagadores latino-americanos de sua dívida externa e, em 2006, foi pioneira da moda do ‘pagamento antecipado’. Em seus primeiros oito anos (31/12/1998 a 31/12/2006), o governo Chávez pagou um total de 24,835 bilhões de dólares (uma média de 3,1 bilhões anuais). *Só em 2006, foram cerca de 6,5 bilhões* (4% do PIB estimado, quase o equivalente ao orçamento da saúde e educação somados). Apesar de ter pagado uma quantidade superior à dívida herdada (23,332 bilhões de dólares), ela cresceu 7,731 bilhões e chegou a 31,063 bilhões.

Mas essas cifras ocultam parte da realidade, já que o chavismo também cumpre a política impulsionada pelo imperialismo de trocar uma parte da dívida externa (bônus do plano Brady) por novos bônus, que agora são contabilizados como ‘dívida pública interna’. Entre 1998 e 2004, esta última cresceu de 5,480 a 15,193 bilhões de dólares, quantidade que deve ser somada à anterior para calcular o endividamento total em dólares do país.

Política petroleira

A produção de hidrocarbonetos é a base econômica do país: contribui com cerca de 30% do PIB e com uma porcentagem muito maior da arrecadação do Estado. A exploração comercial petroleira começou em 1913 e se expandiu na década seguinte, durante o

regime ditatorial de Juan Vicente Gómez, com a entrega quase total da produção a companhias norte-americanas e britânicas. Em 1959, o governo de Betancourt criou a empresa estatal *Corporación Venezolana de Petróleo* (CVP) para operar um setor minoritário da produção (28%). Posteriormente, foram realizadas nacionalizações parciais, até que, em 1975, Carlos Andrés Pérez criou a empresa de monopólio estatal PDVSA.

Em 1995, Rafael Caldeira iniciou a 'abertura petroleira' e as companhias estrangeiras voltaram através das 'empresas mistas', como a PDVSA, e a entrega de áreas em concessão para sua exploração exclusiva. Em outras palavras, o monopólio estatal foi eliminado.

Chávez aprofundou essa política, já que criou novas 'empresas mistas' e entregou mais zonas às companhias estrangeiras, nas agora chamadas 'associações estratégicas'. Através dessas últimas, a Conoco-Phillips, a Chevron-Texaco e a Exxon-Mobil etc. produzem 620.000 barris diários de petróleo e, por sua participação nas 'empresas mistas', obtêm outros 480.000. Somados ambos os mecanismos, essas empresas controlam 40% da produção do país. Como a PDVSA paga ao redor de 10 dólares a mais do que o custo real de produção de cada barril, tais empresas obtêm um lucro de 11 milhões de dólares diários (4,015 bilhões de dólares anuais), sem considerar outros negócios.

O mesmo acontece com o gás, até agora pouco aproveitado comercialmente, mas cuja importância crescerá com o projeto do gasoduto sul-americano. O governo entregou em concessão à Chevron-Texaco, British, Statoil e Total as jazidas situadas na Plataforma Deltana, enquanto que a Gazprom (russa) obteve o Projeto Rafael Urdaneta, no Ocidente do país.

Essa política não se limita ao plano dos contratos, mas adquiriu caráter constitucional. A Constituição aprovada em 1999, embora mantenha o critério de que as ações da PDVSA só podem ser estatais, inclui o artigo 303, que autoriza o Estado a privatizar parcialmente a indústria do petróleo através das "filiais, empresas e associações estratégicas" que a PDVSA necessite criar em seu desenvolvimento.

Por isso, não acreditamos que o velho historiador antiimperialista Domingo Alberto Rangel exagere ao afirmar: "A política petroleira

do governo Chávez é a mais entreguista desde a época de Juan Vicente Gómez”.

As inversões estrangeiras

Antes de analisar a política do chavismo frente às inversões estrangeiras em geral, parece-nos necessário primeiro esclarecer uma questão: entre 1999 e a primeira metade de 2003, a Venezuela viveu um forte processo de retirada de investimentos e fuga de capitais, levado a cabo pelo imperialismo e pelos setores mais fortes da burguesia local. Além da crise econômica do país, tal fato expressava a grande desconfiança desses setores diante do processo revolucionário de massas e uma tentativa de desgastar o governo chavista. Mas depois da derrota do golpe e do fracasso do *lock-out*, o imperialismo e a burguesia venezuelana mudaram sua política: no marco de uma forte recuperação da economia, impulsionada pela alta dos preços do petróleo, as inversões estrangeiras também cresceram rapidamente.¹

Para além desses vaivéns, a política do chavismo tem sido, desde seu início, a de oferecer as melhores condições para a inversão imperialista. Por exemplo, o art. 301 da Constituição de 1999 estabelece que: “as inversões estrangeiras estarão sujeitas às mesmas condições que a inversão nacional” (texto semelhante a uma das exigências da ALCA). Nesse mesmo ano, se promulgou a *Lei de promoção e proteção de inversões*, que define em seu art. 6:

“As inversões internacionais terão direito a um tratamento justo e equitativo, conforme as normas e critérios do direito internacional e não serão objeto de medidas arbitrárias e discriminatórias que obstaculizem sua manutenção, gestão, utilização, desfrute, ampliação, venda ou liquidação.”

¹ Entre o segundo semestre de 2004 e o primeiro de 2005, a Venezuela recebeu cerca de 587 milhões de dólares em inversões estrangeiras: 62% (364 milhões) vinham dos EUA, um volume 8 vezes maior que o do ano anterior (*Informe sobre o comportamento das Inversões Estrangeiras Diretas (IED) na Venezuela*, www.venamcham.org).

Essa política não ficou apenas no terreno da legislação, mas foi impulsionada ativamente. Por exemplo, em 6/12/04, o Consulado da Venezuela em Chicago informou que:

“Na quinta-feira passada, a comitiva venezuelana participou de um evento para fomentar as inversões na Venezuela, intitulado Trade and Investment in Venezuela. O foro foi organizado pelo World Trade Center de Chicago, a Câmara de Comércio de Chicago e o Consulado Geral da Venezuela, em Chicago. O mesmo contou com a participação de mais de 50 representantes de empresas de Illinois e estados vizinhos, e teve o apoio da CITGO, empresa petrolífera subsidiária da PDVSA.”

Nesse mesmo ano, o deputado chavista Ricardo Sanguino, vice-presidente da Comissão de Finanças da Assembléia Nacional, declarava que graças à política implementada pelo governo a “Venezuela está nas melhores condições para a inversão estrangeira” (www.minci.gob.ve).

Isto se vê claramente na indústria de automóveis, controlada pela Ford, GM, Mitsubishi e Toyota, com montadoras no país. A maior parte dos veículos é importada na forma de CKD e posteriormente montada no país. Algumas partes de baixo custo (vidros, assentos, baterias, pneus) são produzidas localmente e a principal empresa de autopeças é a transnacional Dana Corporation.

Hoje, o mercado de automóveis venezuelano está em plena expansão: estima-se que em 2006 foram vendidos mais de 260.000 veículos montados no país. Grande parte dessa recuperação se deveu ao Programa *Venezuela Móvil*, que exime as empresas do pagamento do IVA na produção e na comercialização. O vice-ministro do Comércio Interior estimou que, nesse ano, uns 160.000 automóveis foram vendidos com este programa. Se tomarmos um valor base de 10.000 dólares por veículo, o Estado venezuelano deixará de receber 224 milhões de dólares, que engrossarão os lucros das empresas imperialistas de automóveis.

Salários e condições de trabalho

Atualmente, o salário mínimo (recebido pela maioria dos trabalhadores) é de 250 dólares, enquanto que uma cesta básica familiar mais ou menos completa custa aproximadamente US\$ 650. O governo atualiza o salário periodicamente pela inflação, mas não tem ocorrido uma melhora real, apesar dos vultuosos recursos que o país recebeu do petróleo. As condições de trabalho são, em geral, muito ruins, em fábricas obsoletas que não receberam investimentos significativos nos últimos anos. Os conflitos por salários, condições de trabalho e contratos coletivos são coisas cotidianas na Venezuela. Digamos, finalmente, que 50% da população economicamente ativa se mantêm no ‘cuentapropismo’ (por conta própria) e na economia informal, sem renda nem serviços sociais garantidos, sem que, com o governo chavista, essa realidade tenha se modificado.

As ‘Missões’

Um aspecto que se apresenta como um avanço da socialização da economia e do Estado são as Missões, através das quais uma pequena parte da renda proveniente do petróleo reverte-se em alguns benefícios para o movimento de massas. É evidente que, através de sua ação, os setores mais empobrecidos e marginalizados da sociedade venezuelana obtiveram, talvez pela primeira vez em sua vida, acesso à atenção médica e à alfabetização. Mas é distorcer completamente a realidade defini-las como ‘socialista’. Muitas vezes, o capitalismo utilizou esse mecanismo, as ‘políticas compensatórias’, para amenizar a luta de classes e manter o sistema de conjunto. Nesse sentido, as Missões são similares ao seguro-desemprego de muitos países europeus, aos subsídios aos desempregados da Argentina, à ‘bolsa família’ de Lula etc. Ou seja, trata-se de um mecanismo que atenua as piores chagas do capitalismo. Mas não as eliminam, porque não eliminam a raiz que as provoca.

Uma medida imprescindível

Em que se diferenciam essas políticas do chavismo, tanto aquelas que favorecem o imperialismo e as grandes multinacionais como aquelas que atendem alguma necessidade das massas, das políticas aplicadas pelos governos dos países capitalistas semicoloniais do continente, como Lula, Kirchner ou Tabaré Vázquez? Podem ser consideradas como evidências de uma 'marcha rumo ao socialismo'? Em ambos os casos, a resposta é negativa.

Ocorre que, qualquer que seja o modelo do socialismo que se queira aplicar, há um aspecto central que é iniludível: *uma economia que marche rumo ao socialismo deve suprimir o eixo ao redor do qual funciona o capitalismo (a busca do lucro por parte dos burgueses) e substituí-lo por uma planificação econômica estatal e centralizada, organizada para satisfazer as necessidades dos trabalhadores e das massas.*

Para que este plano possa funcionar, é necessário que o Estado tenha expropriado e assumido o controle dos principais ramos da economia, porque, em caso contrário, a burguesia e o imperialismo combaterão e boicotarão permanentemente as diretivas dessa planificação econômica. A possibilidade de integrar as empresas imperialistas e os grandes grupos nacionais na 'construção do socialismo', como propõe o chavismo, não passa, no melhor dos casos, de uma ilusão utópica. Nenhuma classe ou setor social permite de bom grado que lhe retirem os privilégios. Pelo contrário, luta ferozmente para defendê-los e assim o demonstram todas as experiências históricas em que, com boa ou má fé, se procurou fazer isso de modo 'integrado', e não através de um verdadeiro processo revolucionário.

A primeira conclusão que surge do que analisamos até agora é que o 'socialismo do século XXI' não é mais do que uma manobra retórica de Chávez para enganar as massas. ■